

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas:**

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	47.862	267.569
Impostos e contribuições sociais	5	504	574
Outros créditos	8	48.365	271.141
Total do Ativo Circulante		48.365	271.141
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais	5	69.382	15.267
Tributos diferidos	6	3.959	1.410
Outros créditos	8	2.757	1.890
Imobilizado	9	1.401.301	359.846
Intangível	10	59.452	53.798
Total do Ativo Não circulante		1.468.752	413.644
		1.536.851	432.011
TOTAL DO ATIVO		1.585.217	703.427

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2015	2014
Despesas e Receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	(7.541)	(4.075)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(7.541)	(4.075)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	18	51	78
Despesas financeiras		(7)	(151)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(7.497)	(4.148)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	2.549	1.410
Resultado líquido do exercício		(4.948)	(2.738)
Resultado por ação atribuível aos acionistas		(4.948)	(2.738)
Resultado básico/líquido por ação (realizações)		(0,06303)	(2,738/00000)

A Companhia não divulgou a demonstração de resultados abrangentes, uma vez que não existem efeitos referentes a essa demonstração registrados nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Geração do valor adicionado		
Receita relativa à construção de ativos próprios	1.047.109	370.020
(4) Insumos adquiridos de terceiros	(1.047.109)	(370.020)
Materiais	(946.833)	(358.793)
Matérias-primas	(384.103)	(49.307)
Serviços de terceiros	(435.829)	(238.798)
Outros custos operacionais	(128.921)	(8.690)
Valor adicionado bruto	98.256	13.225
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	14.757	19.283
Valor adicionado total a distribuir	113.013	32.508
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	6.506	2.782
Benefícios	420	150
FRTS	276	112
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	(1.372)	(1.372)
Estaduais	34	377
Municipais	4	4
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	111.735	33.102
Alugueiros	242	91
Prejuízo do exercício	(4.948)	(2.738)
	113.013	32.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel), foi constituída em 16 de julho de 2013 como uma sociedade anônima de capital fechado com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia está constituída sob a forma de Sociedade por ações, com o objeto social de planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

1.1 Contexto

Em 10 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do bem público para Geração de Energia Elétrica nº 02/2014 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade Instalada (MWm)	Energia Asegurada	Início	Término
São Manoel	PA	Produto Independente	Concessão	700,0	421,7	10/04/2014	10/04/2049

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidrelétrica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 421,7 MWm, 409,6 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos a partir de maio de 2018. O prazo estabelecido no Contrato de Concessão é de R\$83,49 por MWm, reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. O preço do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seu negócio, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

1.1.1 Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público, objeto do Contrato de Concessão, a UHE recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da concessão, em parcelas mensais correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$2.789 corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2015, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$35.172 (Nota 14).

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

1.1.3 Cronograma de operação comercial

De acordo com o contrato de concessão, o cronograma para a entrada em operação comercial da Usina UHE São Manoel é o seguinte:

Unidade geradora (UG)	Data
UG 1	01/01/2018
UG 2	01/03/2018
UG 3	01/05/2018
UG 4	01/07/2018
UG 5	01/09/2018

2 Base de preparação**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações do Conselho de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 02 de fevereiro de 2016.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto à redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais às demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (Nota 6.1); Provisões necessárias para custos relacionados às licenças ambientais (Nota 15.1); e Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável**Ativo financeiro**

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

Se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perda não recuperável no valor contábil líquido dos ativos não circulantes, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável, a Companhia procede a teste de recuperabilidade dos ativos.

Quando tais evidências não identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituído provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.7 Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (com efeito a partir de 1º de Janeiro de 2018)

A IFRS 9 foi emitida em novembro de 2009. Em outubro de 2010 foi revisada para incluir requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros e para desconhecimento. Outra revisão da IFRS 9 emitiada em julho de 2014 incluiu principalmente: (i) requerimentos de impairment para ativos financeiros passando para o modelo de perdidas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; (ii) novos critérios de classificação de ativos financeiros; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge. A Administração está avaliando o impacto total de sua adoção.

	Nota	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores	11	13.234	950
Impostos e contribuições sociais	5	12.383	7.905
Debituradas	12	644.723	471.946
Emprestimos, financiamentos e encargos de dívidas	13	471.946	
Provisões	15	49.980	38.320
Outras contas a pagar	8	1.846	1.708
Total do Passivo Circulante		1.196.112	48.983
Não circulante			
Debituradas	12	558.710	558.710
Uso do bem público	14	35.172	29.754
Provisões	15	44.819	68.783
Outras contas a pagar	8	-	35
Total do Passivo Não circulante		79.791	657.232
Capital social		317.000	317.000
Prejuízos acumulados	16.1	(7.686)	(2.738)
Total do Patrimônio líquido		309.314	(2.738)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.585.217	703.427

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.497)	(4.148)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	29	29
(Aumento) diminuição de ativos operacionais	(7.497)	(4.119)
Impostos e contribuições sociais compensáveis	(51.191)	(18.540)
Outros ativos operacionais	(997)	(2.264)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais	(52.188)	(20.94)
Fornecedores	12.284	950
Outros tributos e contribuições sociais	4.827	7.905
Provisões	(37.264)	(9.935)
Outros passivos operacionais	2.103	1.714
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(18.059)	(534)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(77.735)	(24.289)
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(807.622)	(623.106)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(807.622)	(623.106)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento (redução) de capital	317.000	317.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	448.550	572.484
Amortização de debêntures	-	(45.000)
Pagamentos de encargos de dívidas líquidas de rendimentos sobre aplicação financeira	-	(17.480)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	765.550	544.964
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(121.707)	267.569
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	47.862	267.569
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	(219.707)	267.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2013			
	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	(2.738)	(2.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	-	(2.738)	(2.738)
Saldos em 31 de dezembro de 2014			
	317.000	(2.738)	(2.738)
Aumento de capital - RCA 15/04/2015	75.000	-	75.000
Aumento de capital - AGE 15/09/2015	50.000	-	50.000
Aumento de capital - AGE 16/11/2015	96.000	-	96.000
Aumento de capital - AGE 14/12/2015	96.000	-	96.000
Prejuízo do exercício	-	(4.948)	(4.948)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	317.000	(7.686)	309.314

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia acredita que a IFRS 9 possa gerar efeitos nos montantes reportados nas demonstrações financeiras, no entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que a Companhia efetue uma revisão detalhada desses impactos.

A Companhia, a partir de 1º de janeiro de 2015, passou a adotar novas normas e interpretações conforme Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 06/2014, emitidas pelo CPC. As seguintes normas revisadas não refletiram impactos nas demonstrações financeiras: (i) CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (IAS 38); (ii) CPC 05 (R1) - Divalgação sobre Partes Relacionadas (IAS 24); (iii) CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações (IFRS 2); (iv) CPC 15 (R1) - Instrumentos de Pagamento (IFRS 3); (v) CPC 22 - Informações por Segmento (IFRS 8); (vi) CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes (IAS 37); (vii) CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1); (viii) CPC 27 - Ativo Imobilizado (IAS 16); (ix) CPC 28 - Propriedade para Investimento (IAS 40); (x) CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados (IAS 19); (xi) CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (IAS 39); e (xii) CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação (IAS 32).

3 Eventos significativos no exercício**3.1 Captação de recursos**

A Companhia em 15 de maio de 2015 firmou o contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de R\$450.000. Em 15 de junho de 2015 houve o primeiro desembolso no valor de R\$263.650 e em 15 de outubro de 2015 ocorreu o desembolso do saldo remanescente no valor de R\$186.350. A operação possui garantia de fianças bancárias da EDP - Energia do Brasil, da China Three Gorges Brasil e de Furnas, proporcionais à participação de cada sócio no projeto. Os recursos estão sendo utilizados para a construção da Usina São Manoel, e terão impacto em suas demonstrações financeiras nas demonstrações futuras de pagamentos similares.

A aquisição da Companhia das dívidas de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 2.1.

3.2 Recuperação de ativos

A Companhia realizou a recuperação de ativos e passivos financeiros no valor de R\$263.650 e em 15 de outubro de 2015 ocorreu o desembolso do saldo remanescente no valor de R\$186.350. A operação possui garantia de fianças bancárias da EDP - Energia do Brasil, da China Three Gorges Brasil e de Furnas, proporcionais à participação de cada sócio no projeto. Os recursos estão sendo utilizados para a construção da Usina São Manoel, e terão impacto em suas demonstrações financeiras nas demonstrações futuras de pagamentos similares.

3.3 Recuperação de ativos

Essas aplicações financeiras referem-se a operações comprometidas lastreadas em Debêntures, remuneradas à taxa de 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de pagas similares.

A posição da Companhia das dívidas de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 2.1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Bancos conta movimento

Aplicações financeiras - renda fixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades financeiras avaliáveis.

Essas aplicações financeiras referem-se a operações comprometidas lastreadas em Debêntures, remuneradas à taxa de 100,50% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de pagas similares.

A posição da Companhia das dívidas de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 2.1.

5 Impostos e contribuições sociais

Ativos - Compensáveis

Imposto de renda e contribuição social

PIS e COFINS

IRRF sobre aplicações financeiras

Outros

Total

Circulante

Não circulante

NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Partes relacionadas
Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia em suas Controladoras em conjunto, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, relativos a operações com partes relacionadas, são apresentados como segue:

Table with columns: Circulante, Não circulante, Operações, Despesas, Passivo, Despesas. Rows include Contratos de prestação de serviços, EDP - Energias do Brasil, Emprestimos, Contratos de mútuo, etc.

a) Contratos de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços corporativos pela holding EDP - Energias do Brasil S.A.

7.1 Garantias: As fianças recebidas de acionistas estão descritas nas notas 13.1 e 23.2.

7.2 Controle conjunto: A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP - Energias de Portugal S.A.

7.3 Compromissos contratuais: A Companhia possui contrato de venda de energia no Ambiente de Contratação Regulada - ACR junto a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A.

7.4 Remuneração dos administradores: 7.4.1 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)

Table with columns: Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal. Rows include Número de membros, Remuneração fixa, Encargos sociais, Valor total da remuneração.

7.4.2 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal referente aos exercícios findos em 31 de dezembro (em R\$)

Table with columns: Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal. Rows include Número de membros, Valor da maior remuneração individual, Valor médio da remuneração individual.

12 Debêntures

12.1 Composição do saldo de Debêntures

Table with columns: Tipo de emissão, Quantidade, Valor unitário, Valor total, Data da emissão, Vigência do contrato, Finalidade, Custo da dívida, Forma de pagamento. Rows include Agente fiduciário, Custos de emissão, Total.

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

12.2 Mutação das debêntures no exercício

Table with columns: Circulante, Não circulante, Valor líquido em 31/12/2014, Juros provisionados, Transferências, Amortização do custo de transação, Variação monetária e cambial em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2015.

12.3 Vencimento das parcelas de Circulante

Table with columns: Circulante, 2016, Total. Rows include Vencimento, Total.

A emissão da Debêntures feita pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com estorfos restritos.

13 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

13.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Table with columns: Valor contratado, Data da contratação, Valor liberado, Vigência do contrato, Utilização, Custo da dívida, Forma de pagamento, Garantias, Encargos Circulante, Encargos Não Circulante, Total.

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

13.2 Mutação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

Table with columns: Circulante, Não circulante, Valor líquido em 31/12/2014, Ingressos provisionados, Integralizados, Juros Transferências, Juros Transferências, Amortização do custo de transação, Variação monetária e cambial em 31/12/2015, Valor líquido em 31/12/2015.

13.3 Vencimento das parcelas de Circulante

Table with columns: Circulante, 2016, Total. Rows include Vencimento, Total.

14 Uso do bem público

O uso do bem público - UBP é um direito de uso decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de operação o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

Table with columns: Não circulante, Saldo em 31/12/2014, Ajuste a valor presente, Encargos e atualizações monetárias, Saldo em 31/12/2015.

15 Provisões

Table with columns: Nota, Circulante, Não circulante, 31/12/2015, 31/12/2014, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Licenças ambientais, Total.

As Provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável.

15.1 Licenças ambientais: O montante de R\$94.599 (R\$107.103 em 31 de dezembro de 2014) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias e de instalação da UHE São Manoel.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento.

15.2 Provisões civis, fiscais e trabalhistas: A Companhia não possui demandas judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista avaliadas pelos assessores jurídicos com expectativa de perda provável, não havendo, portanto, valores provisionados.

8 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

Table with columns: Circulante, Não circulante, Nota, 31/12/2015, 31/12/2014, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Outros créditos - Ativo, Outras contas a pagar - Passivo, Total.

9 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento.

9.1 Mutação do imobilizado: Imobilizado em curso, Imobilizado em curso, Total do imobilizado em curso.

9.1.1 Ingressos

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2015, Adições, Valor líquido em 31/12/2014, Valor líquido em 31/12/2015. Rows include Terranos, Reservatórios, Edificações, Máquinas e equipamentos, Adiantamento a fornecedores, etc.

10 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 40 (R1).

10.1 Mutação do intangível

Table with columns: Valor líquido em 31/12/2015, Adições, Valor líquido em 31/12/2014, Valor líquido em 31/12/2015. Rows include Direito de concessão, Desenvolvimento de projetos, Outros intangíveis em curso.

10.1.1 Direito de concessão - Uso do bem público - UBP

De acordo com o artigo nº 69 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

10.1.2 Desenvolvimento de projetos

O montante de R\$24.028, R\$10.327 refere-se ao valor pago pelo ressarcimento dos custos com o desenvolvimento dos estudos de inventário e viabilidade da UHE São Manoel, previsto no contrato de concessão, O montante remanescente de R\$13.689 refere-se, em sua maioria, aos custos com elaboração do projeto básico e executivo da UHE.

11 Fonecedores

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

O saldo em 31 de dezembro de 2015 de R\$13.624 (R\$150 em 31 de dezembro de 2014), é composto de valores para a pagar de compras de materiais e serviços relativos a construção da UHE São Manoel.

Table with columns: Encargos Principais, Encargos Secundários, Total, 31/12/2015, 31/12/2014. Rows include Agente fiduciário, Custos de emissão, Total.

As principais cláusulas, prevendo rescisão de contrato, estão descritas abaixo:

- (i) declaração de falência, liquidação ou dissolução da Emissora e/ou da Fiadora;
(ii) suspensão de operação extrajudicial ou judicial formulada pela Emissora e/ou pela Fiadora;
(iii) perda ou término antecipado de quaisquer das concessões;
(iv) cessação, incorporação, transformação ou qualquer outra forma de reorganização societária da Emissora que implique na alteração do seu controle acionário;
(v) notificação de sentença final transitada em julgado em ação judicial cujo valor, individualmente seja igual ou superior a R\$75.000 para a Emissora e/ou para a Fiadora;
(vi) alteração de controle da EDP - Energias do Brasil no capital social da Emissora ou da Fiadora;
(vii) protesto cambiário contra a Emissora e/ou contra a Fiadora, cujo valor, unitário ou agregado, seja superior a R\$75.000, desde que referido protesto não seja contestado de boa-fé pela Emissora e/ou Fiadora e não seja sanado no prazo de 30 dias.

A totalidade das cláusulas podem ser consultadas nos prospectos das respectivas emissões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

Table with columns: Utilização, Custo da dívida, Forma de pagamento, Garantias, Encargos Circulante, Encargos Não Circulante, Total. Rows include Investimentos para construção da UHE São Manoel, Investimentos para construção da UHE São Manoel.

15.2.1 Risco de perda possível

A Companhia é parte em três ações civis públicas propostas pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental, tais como: (i) ausência de estudos dos impactos sobre unidades de conservação; (ii) não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena; e (iii) descumprimento de condicionantes da licença prévia.

Em todas as ações o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade dos pedidos, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com a fase em que se encontram as obras. Apesar dos argumentos sólidos de defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da administração. Atualmente as ações se encontram em fase de instrução.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social: O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$317.000 e está representado por 317.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito é de R\$317.000, sendo o valor a integralizar de R\$1.

Durante o exercício de 2015, foram realizados os seguintes aumentos de capital social:

Table with columns: Data, Quantidade de ações, Valor em R\$. Rows include Assembleia Geral Extraordinária - RCA, Assembleia Geral Extraordinária - AGE, Assembleia Geral Extraordinária - AGE, Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

Todos os aumentos de capital foram realizados mediante a emissão de novas ações nominativas e sem valor nominal, todas subscritas pelos acionistas EDP - Energias do Brasil, China Three Gorges Brasil Energias e Furnas Centrais Elétricas proporcionalmente em relação ao percentual de participação. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$939.700. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determine as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscricao e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2015 é a seguinte:

Table with columns: Acionistas, Ações Ordinárias, %. Rows include EDP - Energias do Brasil S.A., China Three Gorges Brasil Energias Ltda., Furnas Centrais Elétricas S.A., Total.

17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos PIS e COFINS; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

A Companhia apresenta os Gastos operacionais por função na Demonstração de resultados, conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores. É apresentado a seguir o detalhamento por natureza do gasto, conforme requerido pelo CPC 26 e pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico:

Table with columns: Despesas operacionais, Principais, Total. Rows include Gerenciáveis, Administração e Entidade de previdência privada, Material, Serviços de terceiros, Alugueis e arrendamentos, Outras.

18 Resultado financeiro

Table with columns: 2015, 2014. Rows include Receitas financeiras, Despesas financeiras, Total.

Receitas financeiras: Fiança de aplicações financeiras, Juros capitalizados sobre Receitas financeiras, PIS/COFINS sobre Receitas financeiras, Outras receitas financeiras.

Despesas financeiras: Encargos de dívidas, Variações monetárias moeda nacional, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Atualização monetária de obrigações de mútuo, Juros capitalizados sobre Despesas financeiras, Outras despesas financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

19 Imposto de renda e contencioso social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) às alquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis. Os resultados fiscais são apurados com base nos resultados tributáveis e o resultado líquido é calculado com base nos resultados tributáveis. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos contrabandados e diferidos, sendo reconhecidos no resultado exceto aquelas que estejam relacionadas a fôcos diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido.

	2015	2014
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(7.497)	(4.148)
Alíquota	34%	34%
Resultado de IRPJ e CSLL	2.549	1.410
Alíquota efetiva	34%	34%

20 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os exercícios apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

O exercício de 2015, a Companhia não optou por instrumentos financeiros passivos convertíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluente ou antidiluidor sobre o resultado por ação de exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requisitos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir.

	2015	2014
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(4.948)	(2.738)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	78.501	1
Resultado básico e diluído por ações (realização)	(0,063003)	(2,738.0000)

21 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando controle líquido, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (dólar, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatório de risco disponibilizado à Administração.

Com base nas análises periódicas constantes nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de risco, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratuais e condições de mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP, contemplando a elaboração e execução de carteira especulativa em derivativos ou qualquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos em essas operações estão concordes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política inclui um sistema operacional, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

21.1 Instrumentos financeiros
Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode ocorrer em função de cancelamento, pagamento, recebimento ou quando os títulos expirarem.

21.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros.
Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado.
Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial, e se a Companhia gerencia os investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e estratégia de risco documentada na Política de Risco da Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis
São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado menos o custo acumulado de juros, despesas de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Outros ao custo amortizado
São designados para essa categoria os ativos e passivos financeiros cujo o registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

	Nota	Níveis	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Ativos financeiros					Valor justo	Valor contábil
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa	4	Nível 2	43.616	239.274	43.616	239.274
Aplicações financeiras						
Empréstimos e recebíveis						
Caixa e equivalentes de caixa	4		4.246	28.295	4.246	28.295
Bancos conta movimento			47.862	267.569	47.862	267.569
Passivos financeiros						
Outros ao custo amortizado						
Fornecedores	11		13.234	950	13.234	950
Debêntures	12		645.333	558.710	644.723	558.710
Empréstimos e financiamentos	13					
Moeda nacional			471.946	464	471.946	464
Uso do bem público	14		28.259	29.754	35.172	29.754
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	8		1.965	794	1.965	794
			1.160.737	590.208	1.167.040	590.208

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Algumas operações com instrumentos financeiros da Companhia apresentam similaridade ao valor justo em função desses valores possuem características substancialmente similares às que seriam obtidas se fossem negociados no mercado. No caso dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente a contratos com o BNDES decorrente desses contratos possuírem características próprias.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações segundo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela BM&FBovespa, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude dessas operações apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação as taxas de juros praticadas no mercado para o mesmo instrumento. Essas diferenças são avaliadas periodicamente e ajustadas em função das informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures são mensuradas por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontadas a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado, tendo como base sempre que disponível informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto;

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentados nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa de 9,0% a.a. que representa a taxa anual de captação de recursos para a construção do empreendimento.

21.1.2 Mensuração a valor justo
O reconhecimento dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada à determinação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados como valor justo por meio do resultado foi baseada em uma análise individual baseada no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, câmbio, indexadores e mercados similares. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação, mais alto o nível de mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

21.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação, bem como identificar, avaliar e gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos em suas atividades, resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros período.

21.2.1 Risco de mercado
O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preço e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de risco financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados nas notas 12 e 13 possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associado ao CDI, TLP e SELIC.

Devese considerar que a Companhia está sujeita à oscilação da taxa SELIC, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atrelada a dívidas em moeda estrangeira.

Considerando que a taxa de juros é variável, a Companhia possui contratos com agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outros alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e Debêntures derivam do seu valor contábil.

21.2.1.1 Análise de sensibilidade
As análises de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contabilmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxa de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) e o cenário II (moderado) e 50% de aumento de risco, respectivamente.

Considerando que a taxa de juros é variável, a Companhia possui contratos com agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outros alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do Uso do bem público e Debêntures derivam do seu valor contábil.

		Ação cenário provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
Operação	Risco	Até 1 ano	Provável	risco em 25%	Aumento de risco em 50%	Redução de risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	11.490	11.490	2.875	5.745	(2.875)
Instrumentos financeiros passivos	CDI	11.490	11.490	5.745	(2.875)	(5.745)
Debêntures	CDI	(3.903)	(3.903)	(812)	(1.601)	840
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(3.903)	(3.903)	(812)	(1.601)	840
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	7.587	7.587	2.061	4.144	(2.033)
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(10.342)	(10.342)	(872)	(2.919)	872
Empréstimos e financiamentos - BNDES	SELIC	16.099	16.099	(3.621)	(7.242)	3.621
Instrumentos financeiros passivos	SELIC	(16.099)	(16.099)	(3.621)	(7.242)	3.621

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Claudio Densio de Almeida Sempine Presidente	Claudio Guilherme Branco da Motta Conselheiro	Caio Pompeu de Souza Brasil Conselheiro	Antônio Ferreira da Costa Conselheiro
Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire Conselheiro	Luz Otávio Assis Henriques Conselheiro	João Antonio Pinheiro Samuel Mairalles Conselheiro	Ynsheng Li Conselheiro

DIRETORIA

Luz Otávio Assis Henriques Diretor-Presidente	André Luz de Castro Pereira Diretor	Antonio Geraldo Pinto Maia Diretor	Elisa Saeko Ishizuka Turci Gestora Executiva de Consultoria e Contabilidade
		Aljan de Abreu Machado Diretor	Renan Silva Sobral Contador - CRC 1SP271964-0 - S° RJ

CONSELHO FISCAL

Felipe Hô Jong Kim Conselheiro	Fernando B. R. Oliveira Conselheiro	Silvio Alexandre Scucuglia da Silva Conselheiro
-----------------------------------	--	--

PARCEER DO CONSELHO FISCAL

Ns, membros do Conselho Fiscal da Empresa de Energia São Manoel S.A., em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2016, no pressuposto de que não ocorrerá modificação pela Administração e que o Parecer dos Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, e por considerarmos que retam a situação econômico-financeira da Companhia, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social de 2015, na forma ora apresentadas.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia São Manoel S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as demonstrações demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Nossa auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e SELIC estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: TJLP entre 6,00% e 7,50% a.a.; e CDI e SELIC entre 10,75% e 15,75% a.a.

21.2.1.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentadas na nota 13.

A Companhia espera obter liquidez suficiente para cobrir os comprometimentos assumidos. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetuadas.

O ativo financeiro mais expressivo da Companhia é demonstrado na rubrica Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4). A Companhia, em 31 de dezembro de 2015, não possui contratos com cláusula de convertibilidade e Equivalentes de Caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata no qual são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e Debêntures referem-se a juros futuros que, no quebra-fortuna, não são contratados e comprometem-se demonstrados na nota 23.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimentos dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2015, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2015					31/12/2014
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 12 meses	Mais de 12 meses	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	11.295	1.380	559			13.234
Empréstimos	644.723					644.723
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			471.946			471.946
Uso do bem público				7.251	27.921	35.172
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	1.965					1.965
	13.260	646.103	472.505	7.251	27.921	1.167.040

21.2.1.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusulas restritivas (Covenants), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionada ao risco de liquidez e a capacidade financeira da Companhia em cumprir os requisitos contratuais.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da condição financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos covenants impostos nos contratos de debêntures pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma dívida financeira. Os covenants são avaliados periodicamente e o resultado é apresentado em descrições individuais na nota 12. Até 31 de dezembro de 2015 todos os covenants contratuais foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratuais (Nota 23) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias consistem em ativos que a Companhia possui e que servem como garantia para os credores dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

21.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

Em conformidade com o CPC 03 (R2), o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$1.147.746 (R\$222.533 positivo em 31 de dezembro de 2014). O capital circulante negativo deve-se, principalmente, aos Empréstimos - (Empréstimos junto ao BNDES e Debêntures) contratados para atender às necessidades dos investimentos durante a fase de construção da UHE São Manoel e o uso do bem público no intangível no valor de R\$ 148 e (iii) capitalização de juros das debêntures e empréstimos ao mobilizado no valor de R\$109.309. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

A Companhia realizou a 2ª emissão de Debêntures no valor total de R\$532.000, cujos recursos foram recebidos durante o mês de janeiro de 2016 (Nota 25.1).

21.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de Caixa e equivalentes de caixa.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de risco financeiro são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

Os riscos de liquidez e de periodicidade definidos. A relação dos covenants por contrato apresenta descrições individuais na nota 12. Até 31 de dezembro de 2015 todos os covenants contratuais foram atendidos em sua plenitude.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que faturamente possam gerar prejuízos materiais.

22 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

No exercício, a Companhia realizou as seguintes transações: (i) provisão para custos com a licença ambiental no mobilizado no valor de R\$24.760; (ii) capitalização de juros das debêntures e empréstimos ao mobilizado no valor de R\$120.025; (iii) capitalização de juros das debêntures e empréstimos ao mobilizado no valor de R\$109.309. Todas as atividades não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas na demonstração do fluxo de caixa.

23 Compromissos contratuais e Garantias

23.1 Compromissos contratuais
Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, que estão apresentados por maturidade de vencimento.

Os materiais e serviços incluem, essencialmente, responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços para a construção da UHE São Manoel.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decorso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2015	31/12/2014
Responsabilidades com locações operacionais		
Materiais e serviços	496.873	958.262
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	31.696	31.696
	528.569	989.958
Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data base de 31 de dezembro de 2015, ou seja, sem projeção dos índices de crescimento, e não estão ajustados a valor presente.		
31/12/2015	31/12/2014	
Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco
2.147.773	2.147.773	2.147.773
Subestações		
Urnas	60.000	60.000
Almoxarifados	1.600	1.600
Responsabilidade civil	60.000	50.000
Transportes (veículos)	1.600	1.600
Acidentes pessoais	6.148	(*)

(*) Em acidentes pessoais o valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo um limite mínimo de R\$51 e o limite máximo de R\$517.

A cobertura de seguros de Riscos de Engenharia (Urnas) compreende todo o período da obra (de 01 de julho de 2014 até 28 de fevereiro de 2018) incluindo o período de testes e comissionamentos.

Dentro do itens seguros, destacam-se: obras civis, instalações e montagem das máquinas e equipamentos, obras de projeto e do fabricante de máquinas e equipamentos, manutenção ampla, desmontagem, tumultos, honorários de peritos, despesas de salvamento e contenção de sinistros.

Os seguros de Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil possuem como segurados a Companhia, os respectivos contratos e subcontratos, que são objeto de nota de abertura.

25 Eventos subsequentes

25.1 2ª Emissão de Debêntures Simples
Em 15 de janeiro de 2016, a Companhia concluiu o processo de sua 2ª emissão de debêntures simples, não convertíveis em ações, da espécie Cumpramos, também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, uma vez que as IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

	31/12/2015		31/12/2014	
Acionista	Percentual de participação	Quantidade de ações emitidas	Valor do Aporte	Valor do Aporte
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,33%	94.335.220	94.335.220	94.335.220
China Three Gorges Brasil Energia Ltda.	33,33%	94.332.900	94.332.900	94.332.900
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,33%	94.332.900	94.332.900	94.332.900
Total	100,00%	283.001.000	283.001.0	